

SIGNIFICANDO E RESSIGNIFICANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CAMPO PELA NARRATIVA

Christiano Felix dos Anjos¹

Universidade Federal do Espírito Santo
Bolsista CAPES

Claudiana Raymundo dos Anjos²

Universidade Federal do Espírito Santo

Alessandra Silveira Rocha³

Universidade Federal do Espírito Santo

Barbara Santana dos Santos de Santana⁴

Universidade Federal do Espírito Santo

Bolsista FAPES de Iniciação científica

Eixo Temático 1:

Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade
Social

RESUMO

A Educação Especial e a Educação do Campo em interface possuem um silenciamento histórico que acontece tanto nas práticas escolares quanto na produção de conhecimento científico. Compreendemos que as duas modalidades são permeadas por muitas fragilidades que tomam forças cada vez maiores, a ponto dessas experiências serem invisibilizadas. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um recorte de nossa pesquisa de dissertação e teve em seu o objetivo desvelar e problematizar a Interface entre

¹ Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – e-mail: avitima@gmail.com

² Mestra em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – e-mail: nanars_19@hotmail.com

³ Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – e-mail: rochaalessandra2013@gmail.com

⁴ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo – e-mail: barbara.santos3@hotmail.com

a Educação Especial e a Educação do Campo a partir dos sujeitos que produziram conhecimentos sobre essas duas modalidades no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Buscamos (des)territorializar e (re)territorializar discursos hegemônicos que invisibilizam ambas as modalidades que impedem que elas se percebam. Nesse sentido, para além de analisar as produções acadêmicas, fomos ao encontro dos seus autores, que nos permitiram a ampliação da dimensão de suas pesquisas para compreender o que se encontrava para além do texto escrito; novos/outros olhares que permitiam desvelar pistas sobre a Interface, mas que não foram tematizados em seus relatórios de pesquisa. Buscamos superar os textos acadêmicos e a centralidade discursiva presente nas suas dissertações e teses. A partir disso, com o objetivo de visibilizar a Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo dentro da pesquisa dessa autora, realizamos uma entrevista semiestruturada para evidenciar pistas sobre a interface. Como considerações, percebemos a materialização de mecanismos que silenciam as realidades da Educação Especial presente no Campo que são: a negação da existência desses sujeitos; as relações da comunidade e família, perpassando pela sua invisibilização pelo Poder Público; o acesso à escolaridade, delegando às instituições especializadas o trato/cuidar dessas pessoas. Evidenciamos também a necessidade de superar de dicotomias para evitar os mecanismos de silenciamento entre as duas modalidades.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Educação Especial. Interface.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, poucos estudos têm procurado se debruçar sobre os processos de escolarização do aluno público-alvo da Educação Especial nas escolas do campo, o que demarca a fragilidade que as pesquisas acadêmicas têm em pensar esse alunado.

Por sua vez, a própria realidade escolar das modalidades de ensino da Educação do Campo e da Educação Especial por si só já são fragilizadas e invisibilizadas (ANJOS, 2016).

Nesse sentido, é importante chamar a atenção ao que entendemos por Educação do Campo:

[...] se tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26).

Ao seu turno, a Educação Especial, como preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

[...] tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares [...] A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (BRASIL, 2008, p. 10-11).

Assim sendo, nos debruçando sobre a Interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo, percebemos que ela só vem ganhando destaque a partir de 2002, com a resolução CNE/CEB nº 1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) com as Diretrizes complementares para a Educação do Campo (BRASIL, 2008a), e com o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008b).

A Interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial é permeada por muitas fragilidades e acabam tomando forças cada vez maiores, a ponto dessas experiências serem invisibilizadas (SANTOS, 2007); ou seja, não levadas em conta, em favor de uma perspectiva predominante de educação voltada à especificidade da cidade. Isso nos diz que a Educação do Campo acaba por perder seu *status* legitimado e sua garantia constitucional do direito à educação para aqueles que se encontram em localidades rurais.

Evidenciando as lacunas e fragilidades de pesquisas, Caiado e Meletti (2011), Anjos (2016), e Nozu (2017) apontam para a discussão sobre a Interface da Educação Especial com a Educação do Campo e nos revelam pistas e subsídios que nos fazem direcionar o olhar ao fato de que, academicamente, ainda existem pouquíssimos estudos sobre o tema.

Por outro lado, a invisibilização oriunda da falta dessas pesquisas na área expõe a necessidade de se desvelar esse movimento que avance com a “percepção” e problematização do que Caiado e Meletti (2011) chamam de um “silêncio” em relação à Interface.

Esse silenciamento é algo que nos preocupou em nossa realidade local de produção de conhecimento dentro da Universidade Federal do Espírito Santo. Buscado na base de dados das dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

(PPGE-UFES) pesquisas que pudessem discutir sobre a Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo no âmbito do estado do Espírito Santo, utilizamos como base o ano de 2006 até 2016 apenas uma dissertação da autora, Maria da Gloria Ponzo finalizada em 2009.

Esse silenciamento sobre a temática em tela levando em consideração a nossa realidade local, nos permitiu considerar sobre a produção da invisibilização da Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo. Nesse sentido, acreditamos que tal movimento pudesse estar se dando por conta do excesso de centralidade das demandas de quem pesquisa e faz políticas públicas para a Educação Especial e também, ao mesmo tempo, quem faz pesquisa e pensa políticas públicas sobre a Educação do Campo. Ambas as áreas de conhecimento estão tão imersas em suas próprias tensões e dificuldades de garantir o direito à Educação para seus grupos que não percebem que o aluno público-alvo da Educação Especial também seja um sujeito do campo.

A partir do exposto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um recorte de nossa pesquisa de dissertação iniciada em 2014 e concluída no ano de 2016. A pesquisa possui como título “Realidades em Contato: construindo uma Interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo” cujo objetivo se deu em desvelar e problematizar a Interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo a partir dos sujeitos que produziram conhecimentos sobre essas duas modalidades no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

2 METODOLOGIA

Para nossa pesquisa fizemos uma aproximação com a natureza metodológica da cartografia simbólica de Boaventura de Sousa Santos (2011). Tivemos o interesse de (des)territorializar e (re)territorializar pensamentos hegemônicos que fazem com que a Educação do Campo e a Educação Especial não se enxerguem ou percebam uma dentro da outra. Nesse sentido, para além de analisar as produções acadêmicas, fomos ao encontro dos seus autores, que nos permitiram a ampliação da dimensão de suas pesquisas para compreender o que se encontrava para além do texto escrito; novos/outros olhares que

permitted to reveal clues about the Interface, but which were not thematized in their research reports. We sought to overcome the academic texts and the discursive centrality present in their dissertations and theses.

As we progressed through the readings, we perceived that the authors permeated their researches with a dimension of their subjectivity that related to the conditions, personal and professional, that allowed them to feel intertwined and motivated with their researches, we began to understand that their research reports (theses and dissertations) were much more than they appeared to be. Thus, we passed to understand that these texts also constituted themselves as new/other narratives.

With the reading of approximately 30 dissertations and theses that worked in both areas, we chose for the re-encounter 11 authors: 5 who researched Education in the Field, 5 who researched their researches in Special Education; and the author who problematized the Interface. These authors and their researches were chosen for having a greater number of clues within their research reports that led us to understand that during their moments in the field they had contact with local realities that could be characterized as an Interface between Special Education and Education in the Field being worked. This encouraged us even more in the construction of a second narrative, via semi-structured interview, with the objective that the authors remember these moments and bring them to the unveiling.

We understood in our methodology the opportunity of approaching the authors and reaching new perceptions that had not yet been glimpsed by the authors, but that favored indications of the processes of visibility of Special Education in the scope of Education in the Field. In the re-encounter with the referred authors, we evidenced by them the practices, previously silenced, of the Interface between Special Education and Education in the Field, allowing us to understand that the Interface in greater or lesser degree was present even making possible the unveiling of "embriões" (SANTOS, 2006) of knowledges and doings not contemplated by their research reports.

Para o desenvolvimento desse artigo, elegemos trazer o recorte de uma única produção narrativa dentre as 11. A narrativa escolhida diz respeito a pesquisadora Isabel Matos Nunes (2009) que trabalhou em sua dissertação a produção de conhecimento sobre a política de Educação Especial no município de Conceição da Barra no estado do Espírito Santo

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA: UM ESTUDO DE CASO – ISABEL MATOS NUNES, 2009

Para iniciar trazemos uma breve síntese da dissertação de Isabel. A autora em sua pesquisa busca compreender qual concepção de Educação Especial e inclusão escolar perpassa as práticas dos profissionais das escolas especial e regular, os sujeitos da Educação Especial no município, a política da Educação Especial e inclusão escolar instituída, a formação de professores na perspectiva da inclusão educacional e sobre a articulação entre a escola especial e a escola comum no município.

Em um estudo de caso do tipo etnográfico a pesquisadora adentra três espaços diferentes no município de Conceição da Barra: a Secretaria de Educação, a escola regular e a escola especial. Teve como sujeitos na Secretaria a coordenadora de Educação Especial (gestão 2005 a 2008), professores de primeira à quarta série da escola regular, escola especial, professores, diretores e pais dos alunos.

Em suas considerações ressalta que a cidadania é ação concreta do direito a ser garantido pelo Estado. Assim, ela aponta que as ações estão postas nas legislações, mas não se materializam em oferta pelo Estado na garantia desses direitos.

Complementa sua análise apontando, que o município escolheu por não se manifestar em relação à educação inclusiva, delegando essa questão à instituição especializada. Isso faz com que as legislações referentes que garantiam esse direito não fossem levadas em conta, ferindo, assim, os direitos do cidadão. Ela questiona a Educação Especial como uma modalidade que

perpassa todas as etapas e modalidades, apontando como principal o fato de que, em Conceição da Barra, essa modalidade é delegada apenas à instituição especializada.

Depois da síntese com os principais norteamentos de sua dissertação, fomos até a pesquisadora para compor a segunda narrativa. Em nosso encontro, logo no início da conversa, ela rememora sua aproximação com a Educação Especial que se deu por conta de sua filha, reforçando o papel de ser profissional da educação potencializado a partir do papel de ser mãe de uma criança com deficiência. Neste sentido e o ambos os papéis formam o sujeito pesquisador da Educação Especial.

A segunda narrativa permitiu que compreendêssemos melhor a sua relação com a escola especializada. Ela nos relata que era professora de Matemática para o Ensino Fundamental antes do nascimento de sua filha. Após o nascimento, ela pede ao secretário para trabalhar na escola especializada. Esse caminho fez com que ela assumisse a coordenação da Educação Especial do município de Conceição da Barra que, na época, era feito pela Sociedade Pestalozzi.

Quando perguntada sobre a Educação do Campo, destaca a especificidade local, a diferença que precisa ser reconhecida e respeitada. Indica que o olhar problematizador que se fazia para a Educação Especial também era feito para a Educação do Campo. Conta-nos um caso de uma professora que tinha alunos quilombolas. Percebemos na narrativa lugares bem demarcados pela desigualdade e exclusão dentro da sala de aula.

A mesma discussão que a gente fazia sobre a Educação Especial naquela época a gente fazia com os meninos da comunidade. Eles sofriam bullying porque a gente não falava em bullying naquela época, mas eles sofriam o tempo todo, tanto de professores quanto de alunos. Tinha uma professora, por exemplo, que ela falava assim... Ela era negra e tratava eles assim: 'Aqueles quilombolas não querem saber de nada'. Ela brigava, ela os separava na sala de aula, tipo assim, esses são os quilombolas e esses são os alunos (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

Na época de sua pesquisa, ela nos conta que já havia alunos que frequentavam a escola em um horário e a instituição especializada em outro, mas os limites do atendimento só iam até o distrito de Braço do Rio. Não chegavam a atender o Campo. A prefeitura informava para aqueles

responsáveis pela Educação Especial no município que não havia crianças com deficiência nas escolas de assentamento.

Sobre essa questão, é importante ficarmos atentos, pois até hoje ocorre dificuldade na identificação desse alunado público-alvo da Educação Especial nas escolas. Nesse sentido, um esforço precisa ser empreendido para que o direito à Educação desses alunos não seja negado por eles não serem percebidos nesses espaços locais.

Isabel nos conta que, após a sua saída da coordenação, houve a identificação de uma criança que possui deficiência mental em uma comunidade quilombola.

Uma criança que nós conseguimos identificar numa comunidade quilombola era com deficiência mental e essa criança já estava na escola no primeiro ano já... Eu já não estava mais na coordenação, não. Essa criança já estava na escolinha há uns quatro anos e não conseguia se apropriar da alfabetização, estava muito difícil, aí essa criança veio pra Pestalozzi, hoje é uma adolescente, moçona mais velha que minha filha um pouquinho e ela está só na Pestalozzi, só na instituição (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

Percebemos que as ações de Educação Especial no município estudado por Isabel se encontravam muito centradas na própria instituição especializada. O município oferecia o carro para as crianças, adolescentes, jovens e adultos serem levados até à instituição, mas o transporte até a escola era uma tensão. Nesse momento, é adicionado um dado novo. Ela relata que esse carro, em seu itinerário, também passava por assentamentos, levando a criança até a Pestalozzi:

Foram os próprios movimentos de Itaúnas que pediram o carro ao município para trazer esses alunos, essas crianças com deficiência pra Pestalozzi e isso continua. Isso se mantém até hoje, então a gente tem um transporte que pega os alunos de Itaúnas e adjacências ali porque vêm também de assentamentos e traz pra Pestalozzi. No distrito de Braço do Rio, como é uma distância maior, eles fizeram uma... com apoio da Pestalozzi. Também lá tem uma extensão.

E aqui continuam vindo os de Braço do Rio, os de Itaúnas, dos assentamentos, das comunidades. Aqueles mais comprometidos eles vêm só na Pestalozzi, aqueles que dão conta de ir à escola eles vão à escola no outro horário e vêm duas vezes na semana para os atendimentos clínicos e essa clientela é considera clientela do Campo (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

Apreendemos que, durante o tempo histórico que se passa após sua atuação como coordenadora da Educação Especial, esses movimentos aconteceram. Antes a prefeitura dizia não ter esses sujeitos nas comunidades do campo. Esse momento que ela relata já mostra, pelo itinerário do carro, a passagem

dele pelos assentamentos para levar as crianças até a Pestalozzi, indicando que, nos assentamentos, há crianças com deficiência em idade escolar. No último trecho do excerto, ela reforça esse alunado. Aqueles que não tinham "condições mais severas" frequentavam a escola, para além da instituição especializada.

Assim, vamos percebendo que, à medida que a autora vai exercitando sua memória, centrando suas lembranças para direções que antes não havia focalizado, as relações com a interface aparecem com mais naturalidade em seu discurso. No início de nossa conversa, ela teve como preocupação: "Não sei se eu vou lembrar né? Tanto tempo, dez anos". Mas, em outro momento da narrativa, percebemos, nos relatos anteriores, que muito acontecia como movimento pensando os espaços do campo para o público-alvo da Educação Especial. Ela complementa:

Falando desses alunos, uma aluna do assentamento, um assentamento que fica bem, distante Paulo Vinhas, fica bem depois de Itaúnas, essas famílias pediram cuidador ao Estado e queria também que o transporte pegasse, porque tem a escola que fica no assentamento, escolinha de primeiro ao quarto ano. Só que essa criança ainda mora bem distante e é cadeirante, ela não tem como... porque o desnível de terra não tem como empurrar a cadeira. Até pra mãe empurrar era difícil, aí a mãe pediu ao Estado que desse o transporte, pediu à prefeitura uma coisa, só que também não conseguiu nada (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

Essa lembrança acaba nos chamando a atenção para esse tempo histórico de sua lembrança naquela região. Havia uma tensão na gestão pública com relação ao auxílio e acesso dessa criança moradora do assentamento. Mesmo a escola estando no próprio assentamento, a estrada impossibilitava o transporte dessa criança por ser cadeirante. Nesse caso, não estamos falando em um transporte para a cidade e deslocamento dentro de sua própria região, mas que houvesse minimamente um cuidador para que acompanhasse essa criança. Isabel não chega a abordar questões sobre a comunidade e o movimento social daquela região. Assim nos perguntamos: será que esse aluno entrou em um ponto de pauta para uma mobilização em que a necessidade específica de transporte e cuidados entrasse nas discussões? Houve alternativas dentro dessa comunidade para a garantia do direito ao acesso dessa criança?

Em um outro momento a narrativa de Isabel nos direciona para o município de São Mateus e sua aproximação com a coordenadora de Educação do Campo. Entendemos que o que está colocado é que, para além de não haver a articulação entre os setores, havia o silenciamento desses sujeitos nas áreas rurais a ponto de excluí-los da percepção de gestão dentro da coordenação, delegando a uma instituição privado-filantrópica o "cuidado" com esse sujeito. Pelo fato de a coordenação não ter uma aproximação desse alunado, também podemos entender a invisibilização deles na realidade das escolas do Campo, sendo possivelmente a instituição especializada o único lugar que frequentavam.

A autora reflete sobre esse silenciamento e se remete a duas questões importantes dentro da realidade do campo, apresentando-nos no excerto a seguir:

Eles acabam invisibilizados, passando despercebidos, talvez por conta da luta também porque (inaudível) se constitui como uma luta diária para eles e acaba não dando conta de olhar tudo, pra manter, pra se manter, pra manter a escola no Campo. Em São Mateus, então, foram fechadas acho que 70, 80 por cento das escolas. Muita escola foi fechada em São Mateus. Você se assusta quando você olha os dados, eu acho que você já viu isso, escolas que foram fechadas na Educação do Campo (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

Os próprios movimentos sociais do campo possuem muitas questões que persistem, ainda, para a manutenção de suas escolas do campo. Partindo dessa realidade de São Mateus, em que a autora informa que entre 70% e 80% das escolas localizadas no Campo foram fechadas, temos uma questão gritante: é negado ao próprio público em idade escolar, que mora no campo, relacionar os conhecimentos escolares com sua realidade local, constituir sua identidade campesina, indígena, quilombola ou pomerana. Soma-se a isso a própria temática em tela em nossa pesquisa, pois nega-se também o próprio aluno do campo com deficiência.

Um outro problema recorrente é a identificação do público-alvo da Educação Especial no campo. A própria criança com deficiência fica "presa" em sua casa durante sua vida.

Então esse aluno não tem identificação, não se sabe se realmente ele é um aluno ou se teve dificuldades no processo de aquisição da linguagem escrita na escola. E, assim como a gente aqui morando na cidade (Conceição da Barra), a gente tem dificuldade aqui com neurologista, com médico, com questão da saúde, as dificuldades

triplicam para o campo, para quem reside no campo, triplicam mesmo (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

E sobre a criança escondida.

Soubemos de uma criança que estava escondida. Falaram que estava escondida uma criança especial que estava em uma casa e aí convidaram a assistente social para ir lá e aí, como eu estava trabalhando lá no Braço do Rio, me chamaram e sabiam que eu era da instituição aqui. Chamaram-me para eu ir lá ver essa criança e eu fiquei curiosa para ir nessa casa. Então, assim, realmente nós chegamos lá. Era de cortar o coração. A criança, ela estava presa em um quarto escuro e, assim, era como se fosse um animalzinho ali. Não fazia nada, largadinha ali, suja, suja de modo a gente sentir o mau cheiro, a gente não sabe... Nossa! assim, até me arrepio quando lembro uma coisa absurda (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

O que dizer desses sujeitos nesses espaços que são tratados com tal exclusão que ficam em situação de cárcere. Essa vulnerabilidade e exclusão desses sujeitos nos remetem a outras temporalidades, em que eles ficavam segregados em instituições que os separavam da sociedade. Também podemos compreender que, para essa família, é o "não nascimento do filho perfeito" que desejaram, a vergonha do nascido ou até mesmo, como lembrado por Isabel em momentos anteriores, a relação com a Saúde Pública. Tudo isso gerou esses conflitos de não informação para essa família, impedindo que houvesse uma tentativa de uma qualidade de vida digna para essa criança.

Isabel rememora a sua formação inicial no âmbito da Pedagogia cursada no Centro Universitário Norte do Espírito Santo – Ceunes que é o *campus* da Ufes, localizado em São Mateus, região norte do Estado. Nesse mesmo período, acontecia o curso de Pedagogia do Campo, primeira turma. Conta que ela e seus colegas ficaram muito curiosos com a presença deles nesse *campus*, porque a que na Pedagogia do Campo funcionava como alternância e eram montadas as cabanas e eles ficavam alojados na universidade.

Essa permanência "deles" no *campus*, juntando a essa curiosidade, permitiu que fosse discutida em alguns momentos do curso de Pedagogia a questão de Educação do Campo, mas, infelizmente, não havia nada para além disso no próprio currículo de seu curso.

Assim colocado, ela reflete:

Eu penso que teria que ter uma formação, uma formação geral pra professor, seja da Educação Especial seja do Campo, mas que essas questões perpassassem desse currículo como um todo, porque quanto mais a gente separa, a gente dicotomisa essas disciplinas, Eu acho que a gente tem a tendência de pensar também separado,

como: 'Ah, você é da Educação Especial'. É o que acontece na escola. Quando você chega à escola a Educação Especial é como se fosse algo à parte, ela não faz parte daquela escola, ela resolve a questão dos alunos. É a professora da sala de recursos que é a responsável pela Educação Especial. As pessoas não se sentem comprometidas e responsáveis com aquela área justamente porque nós aprendemos a pensar separado a Educação Especial (ISABEL, Entrevista-Narrativa).

Nesse excerto, a autora, em sua reflexão, chama a atenção para a dicotomia existente entre a Educação Especial e a Educação do Campo, colocando cada uma em sua caixinha e não permitindo que haja um movimento de interface. Se a Educação Especial se torna algo à parte dentro da escola, o aluno com deficiência que também está na sala de aula regular acaba se distanciando nas relações que são pensadas que dialogam com a realidade local dele. Separa o professor da sala de recurso, separa o aluno com deficiência, coloca à parte sua identidade de pertencente à comunidade. Ele vai ser sempre tratado como o “aluno da Educação Especial”. O diálogo precisa acontecer, também, na formação inicial dos professores, para que se minimizem os impactos iniciais, quando ele se depara com tais alunos em sua sala de aula. Somando isso a articulações entre setores, o professor não se sentirá sozinho em trabalhar com seus alunos e potencializar de forma dinâmica as relações entre todos no que diz respeito ao ensino e aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES

Em nossa pesquisa nos deparamos com pouca produção acadêmica sobre a Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo. Tal perspectiva nos impulsionou a criar um movimento de visibilização da Interface entre essas duas modalidades a partir da cartografia simbólica de Santos (2011) com aqueles que se debruçaram em suas pesquisas sobre as temáticas em separado, Educação Especial ou/a Educação do Campo.

Dentre as 11 narrativas do contexto de nossa pesquisa, escolhemos a de Isabel Matos Nunes (2009) para representar neste artigo as possibilidades que se encontraram presentes sobre a Interface dentro das pesquisas e trajetória dos pesquisadores, mas que por diversos motivos “ainda-não” (SANTOS, 2006) são percebidas como credíveis e com isso ocorre a produção sistemática de sua não existência (idem).

Nesse contexto, a pesquisadora buscou pistas que visibilizam a Educação do Campo quando rememora o período que desenvolveu a pesquisa de sua dissertação. Percebemos elementos que demarcavam a desigualdade e exclusão (SANTOS, 1999) a partir da realidade de uma professora que tinha alunos quilombolas em sua sala de aula. Assim, percebemos que os alunos de diferentes contextos do campo possuem seu lugar demarcado em processos que o próprio professor os trata de forma diferente do que aqueles que não são do campo.

Muitos desafios estão sendo postos pelas falas de Isabel e eles acabam se materializando em mecanismos que silenciam as realidades da Educação Especial presente no Campo: a negação da existência desses sujeitos; as relações da comunidade e família, perpassando pela sua invisibilização pelo Poder Público; o acesso à escolaridade, delegando às instituições especializadas o trato/cuidar dessas pessoas.

Dentre esses mecanismos que silenciam a Interface, duas se destacaram com mais força na narrativa. A primeira delas diz respeito à força das Instituições Especializadas dentro dos municípios. A segunda é referente ao fechamento de escolas do campo. Temos um processo de aumento da desigualdade e exclusão tão grande que acaba por reafirmar a “dupla exclusão” sinalizada por Caiado e Meletti (2011). O fechamento de escolas impede o direito a escolarização do aluno oriundo do campo em sua realidade local tanto para esse aluno sendo público-alvo da Educação Especial ou não. O impedimento de escolarização por esses contextos acaba sendo potencializado pelas questões do parágrafo anterior.

Por sua vez, entendemos que Isabel nos coloca pistas de superação de invisibilização da Interface entre a Educação Especial e Educação do Campo. Ela conclama para a necessidade de superação da dicotomia, “cada um sem sua caixa”, desconstruir a forma como são pensadas essas “caixas”, talvez até “desconstruir as caixas” para superar esses silenciamentos.

Assim sendo, consideramos importante, que mais pesquisas se debrucem em dar atenção para a Interface entre a Educação Especial e Educação do

Campo, evitando assim a continuidade do silenciamento que a Interface entre essas duas áreas tanto sofre.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, C. F. **Realidades em contato**: construindo uma Interface entre Educação Especial e Educação do Campo. 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. 2008b.
- BRASIL. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF, 9 abr. 2002. organizar por ano.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Brasília, DF, 29 abr. 2008a.
- CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Rev. Eras. Educ. Espec.**, Marília, v. 17, n. SPE1 ago. 2011.
- KOLLING, E. J.; NERY, F. S. C.; MOLINA, M. C. (Orgs.). Por uma Educação Básica do Campo: memória. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- NOZU, W. C. S. Educação Especial e Educação do Campo: entre porteiras marginais e fronteiras culturais. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Grande Dourados, MS, 2017.
- NUNES, I. M. **Narrativa**: políticas de educação especial e inclusão escolar no município de Conceição da Barra: um estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES n. 135, Centro de Estudos Sociais. Coimbra, jan.1999.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitada. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 777-815.
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.